

## AMÉRICA LATINA: PRESENTE, PASSADO E FUTURO

*Manuel Correia de Andrade*

Não é fácil analisar, numa visão globalizante, o problema da América latina, quer do ponto de vista da categoria espaço, quer da categoria tempo. O que a América Latina é hoje resulta de uma evolução de séculos, de mais de quinhentos anos, de um grande impacto, — "Descobrimento" — seguido de outro, faz dois séculos — Independência. E o que ela será no futuro está a depender de uma série de alternativas e de opções que serão ditadas pelos acontecimentos que vão de suceder, e que são, em grande parte, de difícil previsão. Os estudiosos dos problemas mundiais devem estar cada vez mais precavidos, diante dos acontecimentos do início dos anos Noventa, como a queda do sistema do socialismo real em quase um terço da superfície da terra.

Analisando-se a América latina agora, no momento presente, vê-se que ela vive uma fase crítica face a diversos acontecimentos, como a divisão internacional do trabalho que colocou em contraste um hemisfério Norte, desenvolvido e rico, frente a um hemisfério Sul, pobre e subdesenvolvido; face ao sistema de forças políticas internacionais que dividiu o mundo em áreas de influência das grandes potências e, mais recentemente, com a debacle da União Soviética, que facilitou a implantação da Pax Americana; face às estruturas econômicas e sociais implantadas pela colonização europeia, criando sociedades fechadas e estruturadas em classes sociais onde as distâncias são determinadas tanto pela diferença de riquezas como pelas características étnicas; pela situação de pobreza e miséria em que vive a maioria da população, sem grandes esperanças de modificação, e pela grande divisão política em que se encontra o continente, formado tanto por países de grande extensão territorial como por países médios e até por países pequenos e muito pequenos.

Refletindo-se sobre a América Latina, aquela que foi colonizada por espanhóis, portugueses e franceses, se é levado a incluir, no conjunto, alguns pequenos países colonizados por povos não latinos — holandeses, ingleses, dinamarqueses, etc. — mas que, face à posição geográfica e à dependência econômica em que se encontram, participam do conjunto maior.

O primeiro grande problema com que o estudioso se defronta é com o fato de os países da América Latina, apesar de apresentarem níveis de desenvolvimento relativamente elevados, são todos pobres e subdesenvolvidos diante das grandes potências e dos países ricos. Observa-se logo um grande contraste quando se compara os padrões latino-americanos com os anglo-americanos. Essa pobreza e subdesenvolvimento vêm sendo apontados por ensaístas, escritores e políticos,

como oriundos de causas as mais diversas, como o clima tropical, a origem racial e o baixo nível cultural.

As pessoas comprometidas com o status quo, procuram explicar o fato dando a entender que ele nunca terá solução, que os países latino-americanos estão fadados a permanecer como produtores de matérias-primas e alimentos para os países ricos, industrializados. Admitem uma industrialização secundária, complementar, dependente e controlada por grandes grupos econômicos, em geral estrangeiros, chegando a considerar esta política como de modernização, de defesa do mercado, como se no mercado, lutassem em igualdade de condições, os pobres e fracos e os ricos e poderosos; daí quererem eliminar a ação do Estado da Economia. Na realidade, esta dependência não se dá em função da raça nem de clima, mas do sistema colonial que destruiu civilizações em desenvolvimento, por ocasião da conquista, eliminou e desapropriou as populações indígenas, escravizou os índios e os negros trazidos da África e estabeleceu um sistema latifundiário de exploração da terra, ao mesmo tempo em que elegia a exportação de produtos primários como o caminho a ser seguido por governos subservientes aos grupos econômicos internacionais. O modelo colonial de desenvolvimento levou à dizimação de populações, de nações inteiras e ao enriquecimento de uma "elite" que atua muito mais em consonância com os interesses imperiais estrangeiros do que com os nacionais. Daí a política de construção de obras faraônicas, de programas de fachada que atendam aos interesses de 20 ou 30% da população — conforme o país — e submetem a condições interiores de vida a maioria da população. Esta política, ao lado da desvalorização do preço dos produtos de exportação, leva o país ao endividamento externo, à dependência do FMI e de outros organismos internacionais, à pauperização e queda dos padrões de saúde e educação.

O problema das relações internacionais é fundamental para se compreender o estado atual da América Latina, de vez que o mundo vem sendo dividido, através dos tempos, em dependência dos países ricos, imperiais. Assim, nos séculos XV e XVI, Portugal e Espanha dominaram os continentes não europeus à proporção que iam "descobrendo", ocupando e se apropriando de terras onde as populações nativas iam sendo submetidas. Com a revolução comercial, a Inglaterra, a Holanda e a França foram, gradativamente, construindo impérios coloniais, suplantando em importância e domínio os países ibéricos. No século XVIII, ao assinar o Tratado de Methuen<sup>1</sup>, Portugal praticamente tornou-se um protetorado inglês. No século XX, assistiu-se ao desmoronamento destes impérios e à divisão do mundo em duas áreas de influência, a soviética e a americana. A América Latina, próxima aos Estados Unidos, ficou sob a dependência deste que usou da força todas as vezes em que sentiu que seus interesses poderiam ser atingidos. Primeiro, ele conquistou a metade do território mexicano, o Porto Rico e algumas das pequenas Antilhas, em seguida, com os seus marinheiros, invadiu numerosos países da América Central e das Antilhas—Haiti e São Domingos, estimulou a secessão da Colômbia, com a criação

---

1 SODRÉ, Nelson Werneck — O Tratado de Methuen. Rio de Janeiro. ISEB, 1957.

do Panamá, interviu na Guatemala, na Nicarágua, em El Salvador, em Granada. Com apoio das elites locais, influiu na derrubada de governos que não lhe eram servis, na América do Sul, estabeleceu causas legais para intervenção em países como Cuba — Emenda Pratt — e no Panamá — concessão do Canal -, em numerosos outros países, tentou isolar governos que não lhe eram simpáticos. Em 1989 chegou a invadir o Panamá, depor o governo existente e levar o Presidente preso, onde ele foi julgado e cumpre pena, baseado em leis americanas. Em 1992 a política de ameaça intervencionista chegou a tal nível que a Suprema Corte de Justiça americana estabeleceu que os Estados Unidos têm o direito de seqüestrar pessoas por ele consideradas perigosas, em território estrangeiro, ou nos seus próprios países.

O caso de Cuba é um exemplo bem ilustrativo: quando Fidel Castro derrubou o governo de Batista e estabeleceu um sistema socialista na antiga "pérola do Caribe", os Estados Unidos boicotaram, tentaram uma invasão — episódio da Baía dos Porcos — e mantêm até hoje o país em um regime de bloqueio. O governo cubano fez uma série de reformas que davam uma maior participação popular na administração do Estado<sup>2</sup>, desenvolveu um modelo de sistema de educação e saúde, mas tem grande dificuldade de promover uma política de elevação no nível de vida da população, face ao férreo bloqueio econômico a que a ilha está submetida; bloqueio que se agrava agora com o desaparecimento da União Soviética e com a adesão à economia de mercado e ao sistema capitalista da maioria dos países ex-socialistas.

Quanto às estruturas econômico-sociais, a América latina permanece, em grande parte, sob o sistema colonial, onde uma classe social elevada e predominantemente branca — salvo algumas exceções como no Haiti, na Jamaica, em Trinidad e Tobago, etc. — controla os meios de produção e os postos governamentais. Ela se considera superior aos povos de cor e mesmo nos países onde houve grande miscigenação, os mestiços procuram, para ascender socialmente, se apresentar como brancos ou esbranquiçados. Em alguns países como o Brasil, a Venezuela e nas Antilhas, os grupos negros são muito numerosos e se organizam em associações e partidos, reivindicando a conquista de novos direitos, enquanto em outros, como uma grande população indígena, já civilizada por ocasião da conquista — México, Guatemala, Nicarágua, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai -, há movimentos para integração em uma sociedade pluri-racial, ou, ao contrário, movimentos em que estes grupos procuram afirmar suas tradições culturais. Muitas vezes camponeses andinos não falam o espanhol e sim línguas anteriores à conquista como o aimará e o quéchua. Há ainda o caso de países com uma expressiva população indígena, embora minoritária, em que estes vivem segregados em certas áreas — Brasil, Chile, Argentina, Venezuela, etc — e vêm sendo acossados pelos brancos que os espoliam, conquistando suas terras, os minérios nelas existentes, destruindo-

---

2 MORAIS, Fernando—A Ilha (Um Repórter Brasileiro no País de Fidel Castro). São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1976.

os como nações. É o caso, no Brasil, dos yanomamis, dos vaimiri-atroaris, dos guaranis, etc.<sup>3</sup>

No Caribe também se encontram grupos de chineses, indonésios e indianos que foram trazidos pelos colonizadores no século XIX, após a proibição do tráfico de escravos, e que são muito expressivos na Guiana e no Surinã, onde eles vêm disputando o poder.

Não se pode esquecer ainda a expressiva quantidade de descendentes de povos europeus — não ibéricos — e asiáticos vindos para a América do Sul, nos últimos cento e cinquenta anos. É grande a influência alemã no Chile, italiana na Argentina, italiana, alemã e eslava no Brasil, alemã na Venezuela, etc, além de colônias chinesas, japonesas e coreanas em vários países. Estes colonos encontraram condições as mais favoráveis à sua instalação nos países em que se estabeleceram, recebendo apoio daqueles que desejavam europeizar ou embranquecer as suas populações, e dos países de origem, que muitas vezes os protegiam. Os japoneses, chineses e coreanos se instalaram em cidades grandes, dedicando-se inicialmente às atividades terciárias — comércio e serviços.

Esta diversificação étnica tanto no sentido vertical — distribuição das pessoas pelas classes e grupos sociais — como horizontal, formando núcleos em determinadas áreas, pode ter uma grande influência sobre as modificações futuras do país, embora se deva levar em conta que da mesma forma que o imigrante influência é também influenciado. Apenas para citar um exemplo, o maior grupo ligado à indústria sucro-alcooleira do país — o Ometo — não é de origem lusitana ou espanhola, mas de origem italiana. E a agroindústria é um dos setores econômicos mais tradicionais e os italianos que se enquadraram na atividade utilizam os mesmos métodos que os luso-brasileiros.

Esta estrutura social, que pouco varia de um país para outro, é um grande fator de impedimento do desenvolvimento econômico e causador do esclerosamento, da miséria e da fome da maioria da população. Na América latina, o controle da propriedade da terra é um grande elemento de dominação política e econômica da classe dominante, o que faz com que haja, por parte dos governos comprometidos com o *status quo*, um compromisso com o impedimento de uma reforma agrária. Inicialmente, a reforma agrária era estigmatizada como um programa comunista e combatida policialmente. Seus defensores eram presos e, se tentavam mobilizar os camponeses em favor de um movimento mais progressista, eram muitas vezes mortos. Com o desenvolvimento do capitalismo, quando compreenderam que as pressões, inclusive internacionais, eram fortes, permitiram em alguns países que os camponeses se organizassem e canalizaram suas pressões para os caminhos legais. Cada país criou o seu Instituto de Reforma Agrária, dando emprego e oportunidade política a muita gente das classes média e alta, desenvolvendo tímidas experiências de colonização. Escritores mais comprometidos com o sistema chegaram até a

---

3 ANDRADE, Manuel Correia de — A Cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro. CNPq/CETEM, 1991.

afirmar que "a Reforma Agrária era um grande programa de colonização".

Mas os camponeses, desde o período colonial, já faziam revoltas, embora esmagadas, como o Quilombo dos Palmares no Brasil, e a revolta de Tupac Amaru, no Peru. Só no Haiti, durante a Revolução Francesa, é que os escravos negros tomaram o poder, mas, sem maiores opções ideológicas, não promoveram uma política favorável ao povo, mantendo governos despóticos até os dias atuais. Os dirigentes mais conscientes foram sempre depostos, como aconteceu recentemente com o Padre Aristides. No México, onde se deu a grande revolução agrária latino-americana<sup>4</sup>, após o período heróico da confiscação das terras dos grandes fazendeiros e da organização dos "égidos", a reação capitalista foi forte e bem organizada, e a Reforma Agrária fracassou, de vez que a pequena agricultura das terras montanhosas não pôde competir com a nova cultura irrigada dos desertos do norte. Na Bolívia, a reforma agrária radical de 1952, feita pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Paz Estensoro, foi traída em face da pressão internacional e da pouca estrutura ideológica do governo revolucionário. Os índios continuaram a ser pobres e explorados e hoje se dedicam sobretudo à produção da coca, matéria-prima da cocaína. Em Cuba, onde foi feita uma reforma agrária radical, pelo governo de Fidel Castro, ela se encontra em perigo de ser interrompida devido à fragilidade do regime socialista cubano frente às pressões feitas pelos Estados Unidos, que o procuram isolar da comunidade internacional. Na Nicarágua, a reforma agrária sandinista não se efetivou devido à pressão feita pelos "contra", financiados pelos Estados Unidos que desestabilizaram o governo renovador e trouxeram a velha oligarquia ao poder.

Sem que haja uma reforma agrária real, através da qual o produto do trabalho reverta em benefício do trabalhador rural, não há condições para se formar um grande mercado interno na América Latina, que faça com que a sua economia deixe de depender do mercado do Primeiro Mundo e possa ter um desenvolvimento equilibrado, favorecendo aos próprios latino-americanos. Com populações famintas, miseráveis e com a introdução de técnicas agrícolas poupadoras de mão-de-obra no campo, as populações rurais se transferem para as cidades, provocando a degradação da qualidade de vida nas mesmas que, dentro em pouco, se tornam inabitáveis. Nos centros urbanos médios e grandes já se observa a completa destruição do sistema de segurança, dificuldade de abastecimento, desorganização dos serviços e quebra dos padrões sanitários com o aparecimento de epidemias e até endemias que haviam sido eliminadas no século XIX. Que se pode esperar do século XXI, do Terceiro Milênio, se não forem grandes transformações?

Um outro sério problema para a América Latina é o da divisão político-administrativa; nela coexistem países de tamanho continental como o Brasil, a Argentina e o México, com países de médio, de pequeno e de pequeníssimo porte<sup>5</sup>.

4 CASANOVA, Pablo Gonzalez e FLORESCANO (Coordenadores). México Hoy — 2ª-edition. México. Siglo XXI, 1979.

5 ANDRADE, Manuel Correia de — O Brasil e a América Latina, São Paulo. Contexto, 1989.

A tendência é de se dividir o continente em áreas de influência dos países principais, que dominam e exploram os seus vizinhos, como agentes e intermediários dos grandes países imperialistas. São famosas as divergências entre o Brasil e a Argentina, hoje atenuadas pelo MERCOSUL, desejosos de dominar o Rio da Prata; divergências entre a Argentina e o Chile pela posse da Patagônia e terras meridionais; entre a Bolívia, que deseja obter uma saída para o mar, e o Chile e o Peru que se opõem à mesma; as disputas entre o Peru e o Equador pelas terras amazônicas. No Caribe, onde estão somados 27 estados de pequeno porte, a influência imperial dos Estados Unidos seguida da Venezuela, da Colômbia e do México, tentando exercer o poder sobre os países menores, e a difícil viabilidade de países-ilhas, de pequena população e dimensão territorial, como Granada, Barbados, Antígua, etc.

Vê-se, assim, que a instável e difícil situação econômica da América Latina resulta da dominação externa e do controle de sua economia por grupos transnacionais aos quais se aliam aos grupos dominantes locais. Resulta também do baixo nível cultural e de conscientização das classes menos favorecidas que aceitam a transferência para elas de ideologia elaborada pela classe dominante. Para muitos dos presentes, esta afirmativa pode apresentar ranços de antiquada e superada concepção pelo novo pensamento neo-liberal hoje dominante. Convoco aqueles que aceitam o neo-liberalismo a refletir sobre o que seria uma política de modernização e uma ideologia da modernidade tal como é praticada no Terceiro Mundo.

O neo-liberalismo prega a competição sujeita apenas às leis do mercado, levando ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos a competirem "em igualdade de condições", como se as diferenças de riqueza, de poder e de controle da tecnologia não desunissem esta igualdade. Eles combatem o monopólio de empresas como a PETROBRÁS e de leis que regulamentam a produção de determinadas linhas industriais, em nome da internacionalização da economia, mas esquecem a posição de países ricos como os Estados Unidos que na ECO-92 se negaram a assinar o tratado de biodiversidade e que mantêm a defesa de suas patentes. Eles admitem que uma política recessiva, que acentua as condições de fome e de miséria da população é necessária para o combate à inflação para depois incentivar o desenvolvimento. E qual a situação em que ficará a maior parcela da população durante o período recessivo?

Quanto a política de privatização, tão decantada, pergunta-se se em certos setores a presença do Estado não deveria ser ampliada ao invés de retirada. Critica-se a PETROBRÁS, mas antes de sua criação as grandes empresas transnacionais, as sete irmãs nunca se interessaram na exploração do petróleo brasileiro, deixando as nossas jazidas como reservas a serem exploradas quando as mais ricas fossem esgotadas, Foi a PETROBRÁS, com todos os seus altos e baixos, quem tornou o Brasil um produtor expressivo de petróleo. O desenvolvimento da indústria siderúrgica, acelerado a partir do Governo Vargas com a criação da usina de Volta Redonda e a implantação da Companhia Vale do Rio Doce, não foi em grande parte o resultado da atuação do Estado na Economia? E isto foi feito sem que se impedisse que grupos econômicos estrangeiros continuassem a atuar ou iniciassem a atuação

no setor. Ao se criticar que Volta Redonda não dava os lucros necessários, esquecem que os prejuízos decorreram da política governamental que determinava a venda da matéria prima beneficiada à indústria automobilística por preços não compensadores. E a indústria automobilística, a grande beneficiada, era e é controlada por empresas privadas transnacionais. Esquecem-se também da grande performance da USIMINAS que não só dava lucros como também se destacava entre as siderúrgicas melhor equipadas e administradas do mundo, competindo no mercado internacional. E esta companhia foi a primeira a ser privatizada, a preço de "bananas", e trocada por "moedas podres", cujo valor nominal era muito superior ao valor real.

A política de privatização visa beneficiar os grandes grupos econômicos e alienar o patrimônio nacional, produzido com um grande esforço com recursos fornecidos pelo povo dos países do chamado Terceiro Mundo. É verdade que muitas empresas estatais não têm razão de ser mantidas pelo Estado e devem ser vendidas ou fechadas, sobretudo aquelas ligadas a atividades e serviços de menor importância para o desenvolvimento, como os hotéis, os restaurantes e pequenas indústrias de bens de consumo, assim como as pertencentes a empresas que faliram e foram socorridas pelos governos que pretendiam proteger os seus proprietários, em uma série de intervenções realizadas nos últimos anos. mas é preciso distinguir o que deve e pode ser privatizado do que não deve e não pode, assim como é necessário fiscalizar e controlar as vendas das ações para evitar o favoritismo a grupos econômicos ligados ao Governo.

O neo-liberalismo esquece também que cada país e cada região tem as suas características e as suas necessidades próprias, tentando impor um modelo único para todo o universo. Daí se apontar exemplos de sucessos ou pseudo-sucessos em países distantes e que por determinadas circunstâncias apresentaram, nos últimos anos, um crescimento industrial acelerado, como a Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Singapura, sem apresentarem o reverso da medalha, as situações sociais criadas por este crescimento. Para usar um exemplo, sabe-se que a instabilidade política da Coreia do Sul é de tal magnitude que são constantes as manifestações anti-governamentais e as manifestações populares contra o governo "moderno" e "modernizador". Não se deve esquecer também que Taiwan e Hong Kong são pequenas ilhas, próximas à costa chinesa, onde há uma mão-de-obra abundante e barata e onde os países imperialistas investiram muito capital visando criar contrastes com a China e, ao mesmo tempo, se beneficiarem do grande mercado consumidor chinês, em expansão.

Na América Latina a política de modernização acentuou a pobreza da população em todos os países, convindo lembrar a intranquilidade existente na Venezuela, apontada pelo FMI como aplicadora de um modelo econômico para os outros países, e no Peru, onde a instabilidade econômica e política estimulou o Presidente Fujimori a dar um golpe de Estado e a implantar uma ditadura para conter a fome, a pobreza e a miséria a que sua política econômica conduziu o país. Pode-se contraditar com o suposto sucesso neo-liberal no Chile onde a ditadura Pinochet conseguiu uma estabilidade financeira às custas de uma tremenda recessão

e da queda do nível de vida da população. Até quando esta "prosperidade" continuará a ser apregoada pelos neo-liberais?

O futuro da América Latina só será promissor se cada país se voltar para o seu passado, refletir sobre sua cultura, optar pela forma de exploração dos recursos de que dispõe, desenvolver uma política não elitista de educação e saúde e enfrentar os desafios das grandes potências. Apesar dos neo-liberais apregoarem o fim da história<sup>6</sup>, justamente para desenvolver uma política alienante nos meios universitários, alienando a história que pode se constituir na grande lição para os povos do Hemisfério Sul que desejam melhores dias. O problema do desenvolvimento está muito ligado às bases culturais e sociais, do que às bases econômicas propriamente ditas, embora estas se constituam uma infra-estrutura que influencia consideravelmente aquelas.

Partindo destas transformações que consideramos essenciais e básicas, teriam os países latino-americanos necessidade de uma série de reformas políticas, como a agrária — uma melhor distribuição da propriedade da terra e o desenvolvimento de uma política agrícola mais ligada à preservação do meio ambiente e ao abastecimento da população -; como a reforma urbana—com um planejamento das cidades, levando em conta que elas são também o abrigo da população menos favorecida, e o ponto onde a população vinda do campo procura emprego, necessitando antes de se qualificar profissionalmente.

Nas áreas que estão sendo abertas ao povoamento, como a Amazônia torna-se necessária uma política que impeça a destruição das populações que aí vivem — índios e caboclos, sobretudo — e que preserve a natureza de uma destruição desenfreada. Esta população dispõe de conhecimentos que conduzem a um relacionamento equilibrado com a natureza e de técnicas de exploração do solo que não o degradem, condições que contrariam o interesse das mineradoras, que tem um total desprezo pelo meio ambiente<sup>7</sup> e pelos indígenas, das madeireiras e dos empresários aventureiros e gananciosos que procuram enriquecer o mais rapidamente possível.

Da mesma forma que nas áreas de florestas úmidas, nas áreas áridas e semi-áridas, é necessário que a política de intervenção não seja dominada pelas grandes empreiteiras que vêm na mesma unicamente a oportunidade de multiplicarem os seus capitais, através da construção de obras de infra-estrutura para implantação de grandes represas e de sistemas de produção de energia elétrica e de irrigação, sem se preocuparem com a capacidade dos mananciais e com as consequências ecológicas e sociais provocadas por estas intervenções. A construção da hidrelétrica de Sobradinho, no São Francisco, nas décadas de Setenta e Oitenta, trouxe impactos ambientais muito fortes e provocou um verdadeiro flagelo social<sup>8</sup>.

---

6 FUKUYAMA, Francis — El final de la Historia? Tijuana, México. Revista Occidental. Estúdio Latino Americano. Ano 8 n- 2, 1991.

7 SHOUMATOFF, Alex. O Mundo em Chamas. A Devastação da Amazônia e a Tragédia de Chico Mendes. São Paulo. Editora Best-Seller, 1991.



Também se conhece o debate gerado pela construção de Itaipu<sup>8</sup> e os problemas causados por ela. Até que ponto a produção de energia da maior usina hidrelétrica da América Latina compensa a inundação de terras agrícolas, a submersão da Cachoeira de Sete Quedas que tinha um grande potencial de exploração turística, o desalojamento de agricultores, etc?

Todas estas chamadas são feitas a fim de que geógrafos, cientistas sociais, historiadores, sacerdotes, políticos, administradores, líderes de comunidades e a própria comunidade reflitam sobre os caminhos a seguir, as opções a tomar.

O problema do futuro da América Latina ainda passa por um exame do processo geopolítico, por um processo original de integração. Processo de integração que respeite a modernização, diferentes das propostas pelas classes dominantes, vão, naturalmente, contrariá-las e aos arautos do neo-liberalismo que dispõem de poder para bloquear qualquer política que beneficie o povo, a maioria da população. E eles têm grandes aliados nos países do Primeiro Mundo que necessitam adquirir matérias-primas a baixo preço e de manter e explorar uma mão-de-obra barata. O custo de produção nos países do Primeiro Mundo é muito mais elevado, em vista da coesão e do poder da classe trabalhadora, organizada em sindicatos fortes, e da pressão da opinião pública contra a degradação do meio ambiente e dilapidação dos recursos naturais e em vista ainda, da necessidade de controle do mercado consumidor que garante parte do escoamento de sua produção.

Hoje se evita falar em imperialismo, mas ele continua a atuar e a dominar nações, povos e estados, apenas usando métodos diferentes dos utilizados anteriormente. Muitas vezes, eles recorrem à força militar quando os seus interesses são postos em cheque, como se viu na intervenção no Panamá — 1990 — e no Iraque — 1991, embora não se possa defender as posições dos governos destes países. Se eles desenvolviam políticas contrárias aos interesses de seus povos e da humanidade, o processo de intervenção, da forma como foi feito, também não tem justificativa.

Nestas circunstâncias se pode apresentar alternativas para a América latina que vão desde a sua auto-determinação até a melhoria do padrão de vida de suas populações e a manutenção e a agravação do estado de pobreza, de miséria, de recessão, de queda do padrão sanitário e cultural e da acentuação da dominação em que se encontra. É claro que entre as duas alternativas extremas, pode-se admitir a existência de caminhos intermediários que conduzam a determinados fins e que se apresentarão, conforme haja rupturas no sistema dominante mundial. A Futurologia é um saber muito incerto e dependente do próprio processo evolutivo, que se faz de forma não linear, cheio de avanços e recuos de difícil previsibilidade.

---

8 ANDRADE, Manuel Correia de—Tradição e Mudança. A Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação d Médio São Francisco. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1983.

9 PEREIRA, Osny Duarte — Itaipu. Prós e Contras. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.